



Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'F06', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão; mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, entregue ao fiscal da sala todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto abaixo.

Paulo Leminski foi um escritor múltiplo: além de poeta, traduzia (indo de Petrônio a James Joyce) e escrevia ensaios (concentrados nos dois volumes de Anseios crípticos), artigos e romances, e também letras de música. Nascido em Curitiba, no Paraná, em 1944, numa família em que o pai, de origem polaca, era militar, e a mãe, de origem negra, era filha de um militar, estudou para ser monge beneditino no Colégio São Bento, em São Paulo, onde chegou a escrever um livro sobre a ordem. No entanto, acabou seguindo o caminho da poesia – em meio à agitação cultural e política dos anos 1960 e 1970.

No final da década de 70 e durante todos os anos 80, considerava que os grandes poetas estavam na música popular brasileira. Assim, era amigo de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Walter Franco e Jorge Mautner, entre outros. Associado à diversão tropicalista ou pós-tropicalista, no entanto, seu tom de melancolia era patente tanto nos poemas quanto nos textos em prosa. Numa homenagem aos 80 anos de Edgard Braga, escreveu: “Poeta que todos querem ser, se chegarmos até lá”. Consciência de que não chegaria lá.

Entre seus maiores amigos, estavam também os irmãos Haroldo e Augusto de Campos e Décio Pignatari. O poeta paranaense conheceu esse grupo de poetas em 1963, na Semana Nacional de Poesia de Vanguarda. Em seguida, publicaria, em dois exemplares da revista Invenção, alguns poemas, misturando, segundo a apresentação de Décio Pignatari, “a pesquisa concreta da linguagem com um sentido oswaldiano de humor”. Além disso, Leminski quis, à sua maneira, dialogar com os concretos, com seu ousado Catatau, um romance experimental na linha de Ulisses, de James Joyce, e Galáxias, de Haroldo de Campos. Para Haroldo, Leminski é o nome mais representativo “de uma certa geração”, “dono de uma experiência poética de vida extraordinária, mescla de Rimbaud e monge beneditino”.

(Adaptado de André Dick. Paulo Leminski e a flor ausente. www.cronopios.com.br/site/ensaios.asp?id=4027, 06/06/2009)

1. Do desenvolvimento do texto, é correto afirmar que,
- (A) na obra de Paulo Leminski, muito variada quanto à forma, há espaço para a melancolia e o humor.
 - (B) devido à imposição da família, Paulo Leminski estudou para monge sem que tivesse a menor vocação.
 - (C) em seu livro *Catatau*, Leminski pretendeu fazer uma paródia do livro *Galáxias*, de Haroldo de Campos.
 - (D) nas décadas de 70 e 80, a melancolia de Leminski limitava sua admiração pela euforia tropicalista.
 - (E) ao longo da vida, Leminski só fez amigos entre poetas e escritores, e nenhum entre os monges beneditinos.

2. ... estudou para ser monge beneditino no Colégio São Bento, em São Paulo, onde chegou a escrever um livro sobre a ordem. No entanto, acabou seguindo o caminho da poesia – em meio à agitação cultural e política dos anos 1960 e 1970. (1º parágrafo)

Considerado o contexto, o sentido dos elementos grifados acima pode ser adequadamente reproduzido, na ordem dada, por:

- (A) disposição – tumulto
- (B) escola – confronto
- (C) equilíbrio – burburinho
- (D) congregação – efervescência
- (E) prudência – radicalismo

3. ... além de poeta, traduzia...

O verbo empregado nos mesmo tempo e modo que o grifado acima está em:

- (A) Numa homenagem aos 80 anos de Edgard Braga, escreveu ...
- (B) Paulo Leminski foi um escritor múltiplo ...
- (C) ... Leminski é o nome mais representativo ...
- (D) Em seguida, publicaria ...
- (E) ... considerava que os grandes poetas ...

4. Associado à diversão tropicalista ou pós-tropicalista, no entanto, seu tom de melancolia era patente tanto nos poemas quanto nos textos em prosa.

Outra redação para a frase acima, em que se preservam a clareza e a correção, é:

- (A) Seu tom de melancolia era do mesmo modo patente nos poemas como nos textos em prosa, embora ser associado à diversão tropicalista ou pós-tropicalista.
- (B) Era associado à diversão tropicalista ou pós-tropicalista, contudo fosse patente seu tom de melancolia, hora nos poemas, hora nos textos em prosa.
- (C) Conquanto associado à diversão tropicalista ou pós-tropicalista, seu tom de melancolia era patente não apenas nos poemas como nos textos em prosa.
- (D) Associado à diversão tropicalista ou pós-tropicalista, ainda que seu tom de melancolia fosse patente não menos nos poemas que nos textos em prosa.
- (E) Todavia, associado à diversão tropicalista ou pós-tropicalista, seu tom de melancolia era patente, sejam nos poemas, sejam nos textos em prosa.

5. Em seguida, publicaria, em dois exemplares da revista Invenção, alguns poemas ...

Transpondo-se a frase acima para a **voz passiva**, a forma verbal resultante será:

- (A) eram publicados.
- (B) viria a publicar.
- (C) seria publicado.
- (D) seriam publicados.
- (E) havia publicado.



6. A frase que apresenta pontuação inteiramente adequada é:

- (A) Ainda que tenha se aproximado, dos poetas concretos, Paulo Leminski deixou uma obra poética, que não se reduz ao concretismo, mas que é caracterizada antes de tudo, por uma dicção extremamente pessoal, avessa a todas as tentativas de rotulação.
- (B) Ainda que tenha se aproximado dos poetas concretos, Paulo Leminski deixou uma obra poética que não se reduz ao concretismo, mas que é caracterizada, antes de tudo, por uma dicção extremamente pessoal, avessa a todas as tentativas de rotulação.
- (C) Ainda, que tenha se aproximado dos poetas concretos, Paulo Leminski deixou uma obra poética que não se reduz ao concretismo, mas, que é caracterizada, antes de tudo por uma dicção, extremamente pessoal, avessa a todas as tentativas de rotulação.
- (D) Ainda que tenha se aproximado dos poetas concretos, Paulo Leminski, deixou uma obra poética, que não se reduz ao concretismo mas que é caracterizada, antes de tudo, por uma dicção extremamente pessoal avessa, a todas as tentativas de rotulação.
- (E) Ainda que tenha se aproximado dos poetas, concretos, Paulo Leminski deixou uma obra poética que, não se reduz ao concretismo, mas que é caracterizada antes de tudo por uma dicção extremamente pessoal, avessa a todas, as tentativas de rotulação.

Atenção: As questões de números 7 e 8 referem-se ao poema abaixo.

*esta vida é uma viagem
pena eu estar
só de passagem*

(Paulo Leminski, *La vie em close*. 5ª ed. S.Paulo: Brasiliense, 2000, p.134)

7. No poema de apenas três versos, o poeta

- (A) lamenta-se da fugacidade da vida.
- (B) demonstra preferir a vida espiritual à terrena.
- (C) revolta-se contra o seu destino.
- (D) sugere que a vida não tem sentido.
- (E) abomina a agitação da vida.

8. *esta vida é uma viagem / pena eu estar / só de passagem*

O segmento em destaque nos versos acima transcritos equivale a: **que eu**

- (A) **estivera.**
- (B) **esteja.**
- (C) **estaria.**
- (D) **estivesse.**
- (E) **estava.**

Atenção: As questões de números 9 a 12 referem-se ao texto abaixo.

Ninguém duvida de que as redes sociais alteram crenças e comportamentos humanos. Desde que nossos ancestrais andavam em bandos pelas estepes africanas, as redes sociais serviam para trocar ideias, homogeneizar crenças e influenciar atitudes.

Nessas populações, as redes operavam por meio de conversas face a face, em volta de uma fogueira. Mais tarde, nas cidades, havia discussões em praça pública, conversas nos mercados e discursos de políticos. Foram essas redes sociais que moldaram o pensamento e as ações das civilizações antigas e das nações modernas.

Mas na última década surgiu a comunicação digital e parte das interações sociais adquiriu um caráter virtual, a partir de sistemas como o Facebook, o Twitter e outros, que nada mais são do que as velhas redes sociais, agora na forma digital. Muitos cientistas se perguntam qual o seu poder real. Exemplos recentes, como a Primavera Árabe, sugerem que as novas redes sociais influenciam comportamentos e crenças, mas é difícil definir e medir separadamente a contribuição das redes tradicionais e a das redes digitais para esse processo. Como teria sido a Primavera Árabe sem e-mail, Twitter e Facebook?

(Adaptado de Fernando Reinach. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,facebook-e-inducao-ao-voto-,939893,0.htm>)

9. Leia com atenção as afirmações abaixo.

- I. O autor usa a expressão *redes sociais* para designar tanto as novas tecnologias de comunicação virtual como as formas ancestrais de socialização e troca de informações entre os seres humanos.
- II. O ponto de interrogação empregado no último parágrafo é desnecessário e poderia ser dispensado, pois se trata de uma pergunta retórica, já que se infere do texto que o movimento social conhecido como *Primavera Árabe* apenas se disseminou pelos países árabes porque houve ali acesso maciço às tecnologias de comunicação virtual.
- III. Infere-se do texto que o comportamento de uma pessoa é influenciado em alguma medida pelo comportamento daqueles com quem ela se comunica de alguma forma.
- IV. O autor defende a tese de que, desde a época primitiva, as crenças e os valores dos membros de uma determinada comunidade são moldados pelas ideias dos que ostentam posição hierárquica superior.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I e II.
- (E) II e III.



10. A substituição do segmento grifado por um pronome, com os necessários ajustes, foi realizada corretamente em:

- (A) *influenciam comportamentos e crenças* = influenciam-lhes
- (B) *moldaram o pensamento e as ações das civilizações antigas e das nações modernas* = moldaram-os
- (C) *alteram crenças e comportamentos humanos* = alteram-nos
- (D) *trocar ideias* = trocar-nas
- (E) *homogeneizar crenças* = lhes homogeneizar

11. ...redes sociais que moldaram o pensamento...

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:

- (A) ... *que nada mais são do que as velhas redes sociais...*
- (B) *Nessas populações, as redes operavam por meio de conversas face a face...*
- (C) *Desde que nossos ancestrais andavam em bandos pelas estepes africanas...*
- (D) ...*na última década surgiu a comunicação digital...*
- (E) ...*as novas redes sociais influenciam comportamentos e crenças...*

12. O verbo que pode ser corretamente flexionado no plural está grifado em:

- (A) ...*na última década surgiu a comunicação digital...*
- (B) ...*e parte das interações sociais adquiriu um caráter virtual...*
- (C) ...*é difícil definir e medir separadamente a contribuição...*
- (D) *Mais tarde, nas cidades, havia discussões em praça pública...*
- (E) *Como teria sido a Primavera Árabe sem e-mail, Twitter e Facebook?*

13. Em artigo a respeito das várias redes sociais existentes, o colunista Alexandre Matias exprime-se com franqueza: "entrei em redes sociais nem mais lembro a senha".

(<http://blogs.estadao.com.br/alexandre-matias/2012/10/07/o-primeiro-bilhao-do-facebook-e-o-futuro-das-redes-sociais>)

Preenche corretamente a lacuna da frase acima o que consta em:

- (A) a qual
- (B) a que
- (C) aonde
- (D) de que
- (E) na qual

14. O acesso redes sociais voltadas para a carreira pode ajudar o profissional conseguir uma colocação no mercado de trabalho. Mas é preciso atenção ao se criar um perfil na internet, pois todo o conteúdo ali veiculado afetará positiva ou negativamente imagem do profissional.

Preenchem corretamente as lacunas do texto acima, na ordem dada:

- (A) às - a - a
- (B) as - à - a
- (C) as - à - à
- (D) às - a - à
- (E) às - à - a

15. Atualmente, que o número de brasileiros conectados na internet já ultrapassado a casa de 80 milhões, sendo que 72.640.000 são usuários ativos de redes sociais, e 56% destes um aparelho celular para acessar a internet.

(Dados publicados em www.agenciaopen.com/blog/perfil-do-brasileiro-nas-redes-sociais-o-que-ha-de-novo/).

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- (A) estima-se - tenham - usa
- (B) estima-se - tenham - usam
- (C) estimam-se - tenha - usa
- (D) estima-se - tenha - usam
- (E) estimam-se - tenham - usa

**Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático**

16. No mês de dezembro de certo ano, cada funcionário de uma certa empresa recebeu um prêmio de R\$ 320,00 para cada mês do ano em que tivesse acumulado mais de uma função, além de um abono de Natal no valor de R\$ 1.250,00. Sobre o valor do prêmio e do abono, foram descontados 15% referentes a impostos. Paula, funcionária dessa empresa, acumulou, durante 4 meses daquele ano, as funções de secretária e telefonista. Nos demais meses, ela não acumulou funções. Dessa forma, uma expressão numérica que representa corretamente o valor, em reais, que Paula recebeu naquele mês de dezembro, referente ao prêmio e ao abono, é
- (A) $0,85 \times [(1250 + 4) \times 320]$
(B) $(0,85 \times 1250) + (4 \times 320)$
(C) $(4 \times 320 + 1250) - 0,15$
(D) $(0,15 \times 1250) + (4 \times 320)$
(E) $0,85 \times (1250 + 4 \times 320)$
-
17. Em um tribunal, trabalham 17 juízes, divididos em três níveis, de acordo com sua experiência: dois são do nível I, cinco do nível II e os demais do nível III. Trabalhando individualmente, os juízes dos níveis I, II e III conseguem analisar integralmente um processo em 1 hora, 2 horas e 4 horas, respectivamente. Se os 17 juízes desse tribunal trabalharem individualmente por 8 horas, então o total de processos que será analisado integralmente pelo grupo é igual a
- (A) 28
(B) 34
(C) 51
(D) 56
(E) 68
-
18. Em uma repartição pública em que 64% dos funcionários têm salário superior a R\$ 7.000,00, 60% dos funcionários têm curso superior e 40% possuem apenas formação de ensino médio. Dentre os servidores com nível superior, 80% ganham mais do que R\$ 7.000,00. Dessa forma, dentre os funcionários que têm somente formação de Ensino Médio, aqueles que recebem salário maior do que R\$ 7.000,00 correspondem a
- (A) 48%
(B) 44%
(C) 40%
(D) 50%
(E) 56%
-
19. Uma senha formada por três letras distintas de nosso alfabeto possui exatamente duas letras em comum com cada uma das seguintes palavras: ARI, RIO e RUA. Em nenhum dos três casos, porém, uma das letras em comum ocupa a mesma posição na palavra e na senha. A primeira letra dessa senha é
- (A) R
(B) O
(C) L
(D) I
(E) A
-
20. Em um terreno plano, uma formiga encontra-se, inicialmente, no centro de um quadrado cujos lados medem 2 metros. Ela caminha, em linha reta, até um dos vértices (cantos) do quadrado. Em seguida, a formiga gira 90 graus e recomeça a caminhar, também em linha reta, até percorrer o dobro da distância que havia percorrido no primeiro movimento, parando no ponto P. Se V é o vértice do quadrado que se encontra mais próximo do ponto P, então a distância, em metros, entre os pontos P e V é
- (A) igual a 1.
(B) um número entre 1 e 2.
(C) igual a 2.
(D) um número entre 2 e 4.
(E) igual a 4.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito do Trabalho**

21. Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços a empregador com as características de
- (A) pessoalidade, continuidade, exclusividade e subordinação.
 - (B) pessoalidade, continuidade, onerosidade e subordinação.
 - (C) pessoalidade, continuidade, confidencialidade e subordinação.
 - (D) pessoalidade, continuidade, onerosidade e independência jurídica.
 - (E) impessoalidade, continuidade, onerosidade e independência jurídica.
22. De acordo com previsão constitucional, o descanso semanal remunerado deve ser concedido
- (A) alternativamente aos sábados e aos domingos.
 - (B) exclusivamente aos domingos.
 - (C) preferencialmente aos domingos.
 - (D) preferencialmente aos sábados.
 - (E) preferencialmente aos domingos, salvo em semana em que o domingo coincida com feriado.
23. Com fundamento na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho e na CF – Constituição Federal, as horas extraordinárias NÃO podem exceder de
- (A) três e devem ser pagas com adicional de, no mínimo, 50% superior à hora normal.
 - (B) duas e devem ser pagas com adicional de, no mínimo, 25% superior à hora normal.
 - (C) três e devem ser pagas com adicional de, no mínimo, 25% superior à hora normal.
 - (D) duas e devem ser pagas com adicional de, no mínimo, 50% superior à hora normal.
 - (E) seis e devem ser pagas com adicional de, no mínimo, 50% superior à hora normal.
24. Paulo foi contratado como empregado da empresa Fábrica de Doces Celestes para exercer as funções de ajudante geral, recebendo um salário mínimo mensal. Após um ano de trabalho, Paulo foi chamado pelo gerente que o informou que, em razão das dificuldades econômicas da empresa, seu salário seria reduzido para meio salário mínimo mensal. A atitude da empresa
- (A) não está correta, pois o salário é irredutível, salvo previsão em convenção ou acordo coletivo.
 - (B) não está correta, pois o salário é impenhorável, salvo previsão em convenção ou acordo coletivo.
 - (C) não está correta, pois a redução de salário depende de lei.
 - (D) está correta, pois a redução de salário é permitida, se comprovado que o empregador está em situação econômica difícil.
 - (E) está correta, pois a redução de salário é permitida após o empregado completar um ano de serviço.
25. O empregado tem direito ao gozo de férias
- (A) anuais remuneradas com, pelo menos, dois terços a mais do que o salário normal.
 - (B) semestrais remuneradas com, pelo menos, dois terços a mais do que o salário normal.
 - (C) anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
 - (D) anuais remuneradas com, pelo menos, metade a mais do que o salário normal.
 - (E) semestrais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
26. O prazo prescricional para ajuizamento de ação judicial, após a extinção do contrato de trabalho, para pleitear créditos resultantes das relações de trabalho para os trabalhadores urbanos e rurais, respectivamente, é de
- (A) dois anos e cinco anos, até o limite de cinco anos.
 - (B) cinco anos e dois anos, até o limite de cinco anos.
 - (C) dois anos e dois anos, até o limite de cinco anos.
 - (D) cinco anos e cinco anos, até o limite de dois anos.
 - (E) cinco anos e dois anos, até o limite de dois anos.
27. O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa. O percentual do adicional de periculosidade é de
- (A) 10%.
 - (B) 50%.
 - (C) 20%.
 - (D) 40%.
 - (E) 30%.
28. Com fundamento nas regras instituídas pela CLT sobre as Comissões de Conciliação Prévia, é INCORRETO afirmar:
- (A) O prazo prescricional será suspenso a partir da provocação da Comissão de Conciliação Prévia, começando a fluir, pelo que lhe resta, a partir da tentativa frustrada de conciliação ou do esgotamento do prazo para a realização da sessão de tentativa de conciliação.
 - (B) É vedada a dispensa dos representantes dos empregados membros da Comissão de Conciliação Prévia, titulares e suplentes, até um ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei.
 - (C) O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.
 - (D) As Comissões de Conciliação Prévia têm prazo de 10 dias para a realização da sessão de tentativa de conciliação a partir da provocação do interessado.
 - (E) A Comissão instituída no âmbito da empresa será composta de no mínimo cinco e no máximo quinze membros.



Noções de Direito Processual do Trabalho

29. Conforme previsão constitucional, as vagas destinadas à advocacia e ao Ministério Público do Trabalho nos Tribunais Regionais do Trabalho, observado o disposto no artigo 94 da CF, serão de
- um terço dentre os advogados com mais de cinco anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de cinco anos de efetivo exercício.
 - um quinto dentre os advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício.
 - um quinto dentre os advogados com mais de cinco anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de cinco anos de efetivo exercício.
 - um terço dentre os advogados com mais de três anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de três anos de efetivo exercício.
 - um quinto dentre os advogados com mais de três anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de três anos de efetivo exercício.

30. Conforme normas legais que regulam a matéria, a competência da Justiça do Trabalho EXCLUI a análise e julgamento de ações
- relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores por órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
 - de indenizações por danos morais e também danos materiais ou patrimoniais, decorrentes da relação de trabalho.
 - penais para apuração de crimes contra a organização do trabalho, incluindo trabalho escravo e trabalho infantil irregular.
 - sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
 - oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

31. Considere as afirmações sobre atos, termos e prazos processuais.
- Os atos processuais serão públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
 - Os prazos processuais trabalhistas são contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.
 - A penhora poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, independentemente de autorização judicial, devido a sua relevância para a execução.
 - Caso a parte tenha constituído procurador, apenas este poderá consultar, com ampla liberdade, os processos nos cartórios ou secretarias.
 - Os prazos processuais que se vencerem em sábado, domingo ou dia em que for feriado, terminarão no primeiro dia útil seguinte.

Está correto APENAS o que se afirma em

- I, II e V.
- I, III e V.
- II, III e IV.
- III, IV e V.
- I, II, e IV.

32. Quanto ao processo judiciário do trabalho, é correto afirmar:

- Havendo omissão da CLT sempre serão aplicadas as regras do direito processual comum como fonte subsidiária.
- Aplicam-se apenas as regras contidas na CLT, não podendo ser aplicada norma prevista no direito processual comum.
- A CLT não possui regras processuais próprias, razão pela qual são aplicadas normas do direito processual comum.
- Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as regras da CLT.
- O direito processual comum é fonte primária, sendo aplicadas as normas processuais contidas na CLT de forma subsidiária.

33. O processo judiciário trabalhista apresenta regras específicas sobre custas processuais e emolumentos. Sobre eles é correto afirmar:

- Nos dissídios individuais, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% para o procedimento sumaríssimo e de 4% para o procedimento ordinário.
- As custas serão calculadas sobre o valor da causa quando houver extinção do processo, sem resolução do mérito, ou julgado totalmente improcedente o pedido.
- O reclamante deverá recolher previamente as custas para ajuizar a reclamatória, exceto se for beneficiário de justiça gratuita, sendo que esses valores lhe serão devolvidos em caso de êxito na demanda.
- No processo de execução são devidas custas, sempre de responsabilidade do exequente e pagas antecipadamente, sendo que ao final ele será reembolsado por essas despesas pelo executado.
- A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária de justiça gratuita, visto que o perito não pode ficar sem receber.

34. Sobre as audiências trabalhistas, com base nas normas aplicáveis, é correto afirmar:

- As partes e testemunhas serão inquiridas pelo juiz, não podendo ser reinquiridas a requerimento das partes ou advogados.
- O juiz, à hora marcada, declarará aberta a audiência, sendo feita pelo chefe de secretaria ou escrivão a chamada das partes, havendo uma tolerância de até 15 minutos após a hora marcada.
- Estas serão públicas e realizar-se-ão em dias úteis, entre 8 e 18 horas, não podendo ultrapassar 5 horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.
- A ausência injustificada do reclamante ou de seu advogado à audiência importa em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.
- O reclamante e o reclamado, deverão estar presentes pessoalmente, independentemente do comparecimento de seus advogados, não podendo ser substituídos ou representados neste ato processual.



35. Os dissídios individuais trabalhistas podem seguir o procedimento ordinário e sumaríssimo. Sobre esse último (sumaríssimo) é INCORRETO:
- (A) Estão excluídas desse procedimento as demandas em que é parte a Administração pública direta, autárquica e fundacional.
 - (B) Esse procedimento é determinado pelo valor dos dissídios individuais, que não exceda a 20 (vinte) vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.
 - (C) Nas reclamações enquadradas nesse procedimento, o pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente, sob pena de arquivamento da reclamação.
 - (D) As testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.
 - (E) Todas as provas serão produzidas em audiência única, sendo que sobre os documentos apresentados por uma das partes manifestar-se-á imediatamente a parte contrária, sem interrupção da audiência, salvo absoluta impossibilidade, a critério do juiz.
36. Vênus foi dispensada da empresa Néctar dos Deuses S/A por justa causa. Ajuizou reclamação trabalhista para questionar o motivo da rescisão e postular indenização por dispensa imotivada. Ocorre que a ação foi julgada improcedente pelo Juiz da Vara do Trabalho. Inconformada, Vênus resolveu recorrer da sentença. Nessa situação, é cabível interpor
- (A) recurso ordinário, no prazo de 05 dias.
 - (B) embargos de declaração, no prazo de 05 dias.
 - (C) recurso de revista, no prazo de 08 dias.
 - (D) apelação, no prazo de 15 dias.
 - (E) recurso ordinário, no prazo de 08 dias.
- Noções de Direito Constitucional**
37. Considere as assertivas concernentes ao Ministério Público:
- I. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
 - II. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
 - III. Constitui vedação ao membro do Ministério Público, dentre outras, exercer a advocacia.
 - IV. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República.
- Nos termos da Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, III e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) III e IV.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) II e III.
38. A Constituição Federal traz a competência do Superior Tribunal de Justiça para o julgamento de Recurso Especial. Nesse sentido, NÃO enseja Recurso Especial a decisão que
- (A) contrariar tratado.
 - (B) der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro Tribunal.
 - (C) julgar válido ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.
 - (D) negar vigência à lei federal.
 - (E) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.
39. Nos termos da Constituição Federal, os Ministros do Tribunal de Contas da União
- (A) terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam, entre outros requisitos, no mínimo 15 anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional.
 - (C) serão escolhidos um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal e, dois terços, pelo Senado Federal.
 - (D) não podem ser substituídos por auditor, uma vez que este não poderá ter as mesmas garantias e impedimentos dos Ministros.
 - (E) serão nomeados entre brasileiros que tenham, dentre outros requisitos, mais de 30 e menos de 65 anos de idade.
40. De acordo com a Carta Magna, no âmbito da competência legislativa concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. Nesse contexto, é correto afirmar que a superveniência de lei federal sobre normas gerais
- (A) suspenderá, na íntegra, a eficácia da lei estadual.
 - (B) suspenderá a eficácia da lei estadual apenas no que lhe for contrário.
 - (C) manterá a eficácia da lei estadual, ainda que esta contrarie dispositivos da lei federal, tendo em vista a independência entre os entes federativos.
 - (D) revogará, na íntegra, a lei estadual.
 - (E) revogará a lei estadual apenas no que não lhe for contrário.
41. Manoel, autor de importante obra literária, veio a falecer no ano de 2012. Nos termos da Constituição Federal, ao autor, pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de sua obra. Com o falecimento do autor, no caso, Manoel, tal direito
- (A) transmite-se aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.
 - (B) transmite-se aos herdeiros eternamente.
 - (C) não se transmite, isto é, extingue-se com o falecimento do autor.
 - (D) transmite-se aos herdeiros pelo tempo fixado na legislação vigente.
 - (E) transmite-se apenas ao cônjuge sobrevivente.



42. A respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais, considere as seguintes assertivas:

- I. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- II. São gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- III. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, trabalhada pela família, será, excepcionalmente, objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- IV. O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

Nos termos da Constituição Federal, está correto o que consta em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

43. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável

- (A) será exonerado *ad nutum*, sem direito a remuneração.
- (B) será obrigatoriamente exonerado, sendo-lhe garantido os direitos inerentes ao cargo.
- (C) será obrigatoriamente demitido, sendo-lhe garantido os direitos inerentes ao cargo.
- (D) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, sendo vedado seu aproveitamento em outro cargo público.
- (E) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo público.

44. De acordo com a Constituição Federal, NÃO se inclui na competência dos juízes federais o processamento e julgamento de

- (A) disputas sobre direitos indígenas.
- (B) crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.
- (C) crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no país, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.
- (D) conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao respectivo Tribunal Regional Federal.
- (E) causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.

45. Joaquim, servidor público federal, é médico, ocupa cargo privativo de profissional de saúde, com profissão regulamentada, tendo ingressado no serviço público por concurso há dez anos. Joaquim pretende prestar novo concurso público com o objetivo de cumular, de forma remunerada, dois cargos públicos. A Constituição Federal admite, em situações excepcionais, a acumulação remunerada de cargos públicos, desde que haja compatibilidade de horários. No caso narrado, Joaquim somente poderá cumular se o segundo cargo público for

- (A) artístico.
- (B) professor.
- (C) técnico.
- (D) científico.
- (E) privativo de profissional de saúde, com profissão regulamentada.

46. Clara é servidora pública da Administração direta, tendo sido investida no mandato de Vereadora. Havendo compatibilidade de horários, Clara perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo. No entanto, NÃO havendo compatibilidade de horários, Clara

- (A) será afastada do cargo que detém na Administração direta, ficando obrigatoriamente com a remuneração do cargo eletivo.
- (B) será afastada do cargo que detém na Administração direta, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (C) será exonerada do cargo que detém na Administração direta.
- (D) não poderá exercer o mandato eletivo.
- (E) será afastada do cargo que detém na Administração direta, ficando obrigatoriamente com a remuneração deste cargo.

47. Considere as assertivas:

- I. A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- II. É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- III. Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões judiciais ou administrativas.
- IV. É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

48. NÃO é privativo de brasileiro nato o cargo de

- (A) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (B) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Oficial das Forças Armadas.
- (D) Presidente da Câmara dos Deputados.
- (E) Carreira diplomática.

Noções de Direito Administrativo

49. A respeito dos atos administrativos, é correto afirmar que

- (A) o mérito do ato administrativo corresponde ao juízo de conveniência e oportunidade presente nos atos discricionários.
- (B) os atos vinculados comportam juízo de conveniência e oportunidade pela Administração, que pode revogá-los a qualquer tempo.
- (C) os atos discricionários não são passíveis de revogação pela Administração, salvo por vício de legalidade.
- (D) a discricionariedade corresponde ao juízo de conveniência e oportunidade presente nos atos vinculados.
- (E) os atos vinculados são passíveis de anulação pela Administração, de acordo com juízo de conveniência e oportunidade.



50. Felipe, servidor público ocupante de cargo em comissão no âmbito do Ministério da Fazenda, revelou a empresários com os quais mantinha relações profissionais anteriormente ao ingresso no serviço público, teor de medida econômica prestes a ser divulgada pelo Ministério, tendo em vista que a mesma impactaria diretamente os preços das mercadorias comercializadas pelos referidos empresários. A conduta de Felipe
- (A) somente é passível de caracterização como ato de improbidade administrativa se comprovado que recebeu vantagem econômica direta ou indireta em decorrência da revelação.
- (B) não é passível de caracterização como ato de improbidade administrativa, tendo em vista o agente não ser ocupante de cargo efetivo.
- (C) é passível de caracterização como ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração, independentemente de eventual enriquecimento ilícito.
- (D) é passível de caracterização como ato de improbidade administrativa, desde que comprovado efetivo prejuízo ao erário.
- (E) não é passível de caracterização como ato de improbidade administrativa, podendo, contudo, ensejar a responsabilização administrativa do servidor por violação do dever de sigilo funcional.
51. Carlos, servidor público federal ocupante de cargo efetivo, estável, é casado com Ana, também servidora pública, e ambos possuem a mesma localidade de exercício funcional. Ocorre que Ana foi deslocada para outra cidade, no interesse da Administração. De acordo com as disposições da Lei nº 8.112/90, Carlos
- (A) pode ser removido a pedido, no interesse da Administração, desde que Ana tenha ingressado no serviço público antes dele.
- (B) possui direito à remoção a pedido, a critério da Administração, desde que Ana seja servidora federal.
- (C) pode ser removido de ofício, independentemente do interesse da Administração.
- (D) possui direito à remoção a pedido, mesmo que Ana seja servidora estadual ou municipal.
- (E) não pode ser removido a pedido, mas apenas de ofício e desde que conte com mais de cinco anos de serviço público.
52. De acordo com a Lei nº 8.666/93, é dispensável a licitação
- (A) para aquisição de bens para necessidade contínua, pelo sistema de registro de preços.
- (B) para alienação de imóvel, desde que desafetado do serviço público.
- (C) para compra de produto de marca preferencial da Administração.
- (D) para contratação de serviços comuns, de natureza contínua.
- (E) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
53. De acordo com a Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal,
- (A) os atos administrativos são sigilosos no decorrer da fase probatória.
- (B) é vedada a cobrança de despesas processuais, salvo as previstas em lei.
- (C) os interessados deverão ser representados por advogado, salvo se hipossuficientes.
- (D) aplica-se o princípio do formalismo, dispensada a indicação dos pressupostos de fato da decisão.
- (E) é vedada a impulsão de ofício, cabendo ao interessado indicar os fundamentos de direito da decisão.
54. Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, modalidade licitatória aplicável para
- I. venda de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.
- II. aquisição de bens de natureza comum.
- III. obras com valor da contratação estimado em até R\$ 150.000,00.
- correspondem, respectivamente, a
- (A) pregão, leilão e tomada de preços.
- (B) leilão, pregão e convite.
- (C) leilão, convite e tomada de preços.
- (D) concorrência, pregão e convite.
- (E) convite, tomada de preços e concorrência.
55. Diante de uma situação de irregularidade, decorrente da prática de ato pela própria Administração pública brasileira, é possível a esta restaurar a legalidade, quando for o caso, lançando mão de seu poder
- (A) de tutela, expressão de limitação de seu poder discricionário e corolário do princípio da legalidade.
- (B) de autotutela, que permite a revisão, de ofício, de seus atos para, sanar ilegalidade.
- (C) de autotutela, expressão do princípio da supremacia do interesse público, que possibilita a alteração de atos por razões de conveniência e oportunidade, sempre que o interesse público assim recomendar.
- (D) disciplinar, que se expressa, nesse caso, por meio de medidas corretivas de atuação inadequada do servidor público que emitiu o ato.
- (E) de tutela disciplinar, em razão da atuação ilegal do servidor público, que faz surgir o dever da Administração de corrigir seus próprios atos.
56. As normas sobre processo administrativo postas na Lei nº 9.784/99 aplicam-se aos
- (A) órgãos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário da União, no que se referir ao desempenho de funções administrativas atípicas.
- (B) órgãos do Poder Executivo e aos servidores integrantes do quadro da Administração direta, excluídos os afastados e os órgãos dos demais Poderes.
- (C) órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no exercício de suas funções típicas.
- (D) servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, na realização de suas funções típicas, excluído o Poder Judiciário em razão de sua competência judicante.
- (E) órgãos do Poder Executivo integrantes da Administração direta ou indireta, excluídos os órgãos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário quando se tratar de realização de função administrativa.



57. A Administração pública celebrou contrato de locação de um imóvel comercial para instalação de uma repartição pública. Dentre as características desse contrato firmado com a Administração pública, destaca-se a
- (A) submissão a regime de direito público, na medida em que os contratos administrativos são regidos exclusivamente por normas de direito público.
 - (B) submissão a regime jurídico de direito privado, como contrato privado da Administração pública, sem prejuízo de derrogações operadas por normas de direito público aplicáveis.
 - (C) aplicação integral das normas de direito público destinadas aos contratos administrativos, em especial a possibilidade de invocar cláusulas exorbitantes implícitas.
 - (D) regência pelo regime jurídico de direito privado, afastando-se, assim, a observância de leis específicas destinadas a contratos administrativos, tal como a lei de licitações, salvo disposição expressa no contrato.
 - (E) submissão a regime jurídico híbrido, estabelecido pelas partes no texto do contrato, observado o poder discricionário do administrador e a liberdade de contratar do administrado.
-
58. Como traço de semelhança ou de distinção entre a dispensa e a inexigibilidade de licitação pode-se indicar, dentre outras, a característica
- (A) da licitação, nas hipóteses de inexigibilidade, ser, em tese, possível, mas diante da vontade do legislador, para agilizar algumas situações, torna-se prescindível.
 - (B) da dispensa de licitação incidir nas hipóteses em que a licitação é inviável, por impossibilidade de competição.
 - (C) da licitação, nas hipóteses de dispensa, ser, em tese, possível, mas diante da vontade do legislador, torna-se prescindível nas situações indicadas.
 - (D) do rol de hipóteses de dispensa de licitação ser exemplificativo, na medida em que se trata de norma de exceção à regra legal que obriga o certame como observância do princípio da isonomia.
 - (E) do rol de hipóteses de inexigibilidade de licitação ser taxativo, na medida em que se trata de norma de exceção à regra legal que obriga o certame como observância do princípio da isonomia, não admitindo flexibilização.
-
59. Marco Antonio, servidor público celetista, requereu que lhe fosse concedido determinado descanso remunerado, em analogia a direito reconhecidamente conferido aos servidores estatutários. O pedido foi indeferido. Independentemente de fazer jus ou não ao benefício, conforme conduta expressamente prevista na Lei nº 8.112/90, o servidor pode atacar a decisão administrativa por meio de
- (A) mandado de segurança contra ato da autoridade, pleiteando o desfazimento do ato e a concessão do benefício.
 - (B) ação judicial para defesa de seu direito, pleiteando a concessão de liminar em seu favor.
 - (C) pedido de reconsideração à autoridade que proferiu a decisão, que deverá ser apreciado no prazo de 30 (trinta) dias.
 - (D) representação diretamente à autoridade superior, para reconsideração da decisão que lhe indeferiu o pedido inicial.
 - (E) apresentação às autoridades superiores, em grau ascendente e sucessivamente, de pedidos de reconsideração da decisão da autoridade que lhe indeferiu o pedido.
-
60. Dentre as possíveis providências expressamente constantes da Lei nº 8.429/92, que cabem à autoridade administrativa responsável diante de ato de improbidade que cause lesão ao patrimônio público está
- (A) a obrigação de promover arrolamento cautelar de bens do indiciado para a recomposição do dano causado.
 - (B) a faculdade de providenciar diretamente a indisponibilidade dos bens do indiciado no inquérito, mediante comunicação aos órgãos públicos oficiais.
 - (C) a faculdade de providenciar o sequestro de bens suficientes a garantir o prejuízo apurado.
 - (D) o dever de representar ao Ministério Público para viabilizar a indisponibilidade dos bens do indiciado.
 - (E) o dever de, em se tratando de indiciado servidor público, colocá-lo em disponibilidade não remunerada, contingenciando-se os vencimentos para eventual ressarcimento dos danos.